

I-405 - ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO: ESTUDO DE CASO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Andréia May⁽¹⁾

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina. Funcionária da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN. Mestranda em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Flávio Rubens Lapolli

Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento "Sandwich" - Université de Montpellier II (Scien. et Tech Du Languedoc). Doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

Cláudia Orlandina Martins Batista Gomes

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina. Funcionária da empresa Sanetal Engenharia e Consultoria.

Endereço⁽¹⁾: Rua Ver. Ramon Filomeno, 183 – Apto 802M - Itacorubi - Florianópolis - SC - CEP: 88.034-495 Brasil - Tel: +55 (48) 3221-5856 - e-mail: amay@casan.com.br

RESUMO

Conforme exigência prevista na Lei Federal nº11.445, de 05 de janeiro de 2007, os titulares dos serviços de saneamento ficam obrigados a elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico. Tal plano será um requisito prévio para que o município possa ter acesso aos recursos públicos não onerosos e onerosos para aplicação em ações do setor. A fim de garantir que os 181 municípios catarinenses com população inferior a dez mil habitantes cumprissem o estabelecido na citada Lei, o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), em 2009, lançou processo licitatório para contratação de empresas de consultoria para atuar nos municípios. O Estado foi dividido em sete lotes, sendo três localizados na região oeste. O Lote 6 é o maior da região e abrange 33 municípios. As fases iniciais dos planos já estão concluídas. A previsão é que em agosto de 2011 todos os municípios contemplados pela iniciativa do Governo Estadual estejam com os planos finalizados. Com esta ação, Santa Catarina passou a ser o primeiro Estado a auxiliar os municípios no cumprimento da Lei Nº 11.445/07.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento Básico, Lei Federal 11.445/2007, Plano Municipal de Saneamento Básico.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei Federal 11.445/2007, cabe aos municípios estabelecerem a Política Pública de Saneamento Básico e elaborarem os respectivos Planos Municipais e/ou regionais de saneamento. O plano será um requisito prévio para que o município possa ter acesso aos recursos públicos não onerosos e onerosos para aplicação em ações de saneamento básico e tem como objetivo estabelecer um planejamento das ações voltadas ao setor.

As dificuldades encontradas, sobretudo pelos pequenos municípios, a se adequarem à Lei do Saneamento Básico, levou o Governo do Estado de Santa Catarina a contratar empresas de consultoria para apoiar as cidades com população inferior a 10 mil habitantes na elaboração dos planos de saneamento.

O pioneirismo de Santa Catarina frente às exigências da Lei 11.445/2007, o expressivo número de municípios contemplados pela iniciativa da Administração Estadual e a importância da região oeste do Estado para a concretização dos objetivos do Governo posicionam-se como fatores merecedores de análise específica e justificam a elaboração do estudo de caso aqui apresentado.

As informações integrantes do presente trabalho são baseadas no acompanhamento realizado à implantação das fases iniciais do plano de saneamento em 33 cidades do oeste catarinense, às pesquisas realizadas para concretização dessas fases e nos dados das etapas já concluídas, como os diagnósticos municipais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Estado de Santa Catarina, localizado na região sul do Brasil, possui 293 municípios, sendo que 181, ou seja, 61%, possui população inferior a 10 mil habitantes. Significativa parte dos pequenos municípios fica na porção oeste do Estado, região esta responsável por grande parte da produção brasileira de grãos, aves e suínos (FIESC, 2010). Na Figura 1 apresentam-se as seis mesorregiões catarinenses.



Figura 1 – Mesorregiões de Santa Catarina

Fonte: CEPA (2011)

A fim de garantir que as cidades com população inferior a 10 mil habitantes contassem com equipe técnica qualificada para a elaboração dos planos de saneamento exigidos na Lei Federal 11.445, o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), em 2009, lançou Processo Licitatório para contratação de empresas de consultoria. Para tanto, dividiu-se os municípios em sete grandes grupos, conforme verifica-se abaixo:

- Lote 1 – Região Sul
- Lote 2 – Litoral Norte
- Lote 3 – Região da Grande Florianópolis
- Lote 4 – Região Serrana
- Lote 5 – Meio Oeste
- Lote 6 – Oeste
- Lote 7 – Extremo Oeste

O Lote 6 abrange 33 municípios e é o maior da mesorregião oeste. O Consórcio MPB/ESSE/SANETAL foi contratado para execução dos serviços neste grupo. Na Figura 2 destacam-se os municípios do Lote 6.

Segundo o Ministério das Cidades (2006), diversas diretrizes devem nortear o processo de elaboração dos planos municipais de saneamento, dentre elas:

- Integração de diferentes componentes da área de Saneamento Ambiental e outras que se fizerem pertinentes;
- Promoção do protagonismo social a partir da criação de canais de acesso à informação e à participação que possibilite a conscientização e a auto-gestão da população;
- Promoção da saúde pública;
- Promoção da educação sanitária e ambiental que vise à construção da consciência individual e coletiva e de uma relação mais harmônica entre o homem e o ambiente;
- Orientação pela bacia hidrográfica;
- Sustentabilidade;
- Proteção ambiental;
- Informação tecnológica.

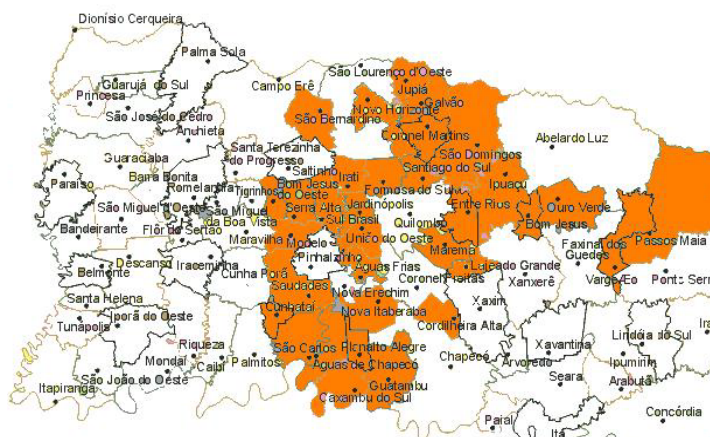


Figura 2 – Municípios do Lote 6

Ainda de acordo com o Ministério das Cidades (2006), um plano municipal de saneamento deve contar, necessariamente, com os seguintes componentes:

- Diagnósticos setoriais (abastecimento, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem);
- Definição dos objetivos de curto, médio e longo prazos;
- Proposta de intervenções com base na análise de diferentes cenários alternativos e estabelecimento de prioridades;
- Programação física, financeira e institucional da implantação das intervenções definidas;
- Programação de revisão e atualização.

Para a elaboração dos planos catarinenses, desenvolveram-se nove fases distintas (TERMO DE REFERENCIA - SDS, 2009):

FASE I - Processo de participação da sociedade na elaboração do plano (criação dos GES – Grupos Executivos de Saneamento);

FASE II - Diagnóstico da situação do saneamento e de seus impactos nas condições de vida da população;

FASE III - Prognóstico, objetivos, metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços de saneamento;

FASE IV – Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;

FASE V - Ações para emergências e contingências;

FASE VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas e participação social;

FASE VII - Elaboração do Sistema de Informações do Plano de saneamento;

FASE VIII – Elaboração da versão Preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico.

FASE IX – Elaboração da versão Final do Plano Municipal de Saneamento Básico e documento do Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Visando assegurar que todos os planos municipais fossem elaborados seguindo uma mesma metodologia, adotou-se a Sistemática CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades para a análise e sistematização das informações, de forma a auxiliar na elaboração dos diagnósticos setoriais.

Através da referida metodologia, os dados levantados serão classificados em três categorias:

CONDICIONANTES - Figuram como restrições, impedimentos e obrigatoriedades, devendo ser consideradas, para o planejamento, aspectos de preservação, manutenção e conservação, dependendo das peculiaridades das diferentes condicionantes e das diferentes exigências locais.

DEFICIÊNCIAS - Elementos que são caracterizados como problemas que devem ser solucionados através de ações e/ou políticas que provoquem as mudanças desejadas.

POTENCIALIDADES - Elementos que podem ser utilizados para melhorar a qualidade de vida da população.

Após a classificação dos elementos nos segmentos do saneamento básico, a Sistemática CDP definirá as áreas prioritárias de ação com a sistematização destas informações. A prioridade para ação municipal será definida de acordo com a seqüência abaixo:

- 1º - Áreas que possuem CDP;
- 2º - Áreas que possuem CD;
- 3º - Áreas que possuem CP;
- 4º - Áreas que possuem DP;
- 5º - Áreas que possuem apenas D;
- 6º - Áreas que possuem apenas P;
- 7º - Áreas que possuem apenas C.

RESULTADOS

Os estudos para a elaboração dos planos de saneamento básico dos municípios do Lote 6 foram iniciados em dezembro de 2009. À medida que os estudos avançavam, reuniões e oficinas foram realizadas para informar a população e autoridades sobre o andamento do plano. A Tabela 1 mostra as principais atividades do período.

Tabela 1: Atividades para Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Atividade	Período
Início dos estudos para elaboração dos planos municipais de saneamento básico	Dezembro de 2009
Apresentação do desenvolvimento dos planos municipais a representantes do poder público e da sociedade civil	Fevereiro de 2010
Etapa de reuniões/oficinas para apresentar os dados do diagnóstico (Fase II) aos Grupos Executivos	Junho de 2010
Etapa de reuniões/oficinas para apresentar os dados do prognóstico (Fases III, IV e V) aos Grupos Executivos	Agosto de 2010
Previsão para conclusão dos planos municipais de saneamento básico	Agosto de 2011

Após a criação do Grupo Executivo de Saneamento - GES em cada município, passou-se a fase de diagnóstico onde a aplicação de questionários e visitas técnicas possibilitaram a coleta de dados referentes à situação do abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos em cada um dos municípios.

A fim de validar os dados coletados, os resultados do diagnóstico foram primeiramente apresentados ao GES e a partir de 7 (sete) dias úteis após a oficina com os GES foram realizadas audiências públicas para apresentar os estudos aos municípios.

Atualmente alguns diagnósticos estão sendo complementados, conforme solicitação da SDS.

As Fases III, IV e V estão concluídas, mas aguardam a avaliação final da SDS. Estas fases apenas serão avaliadas após o parecer definitivo a respeito da Fase II.

Espera-se a divulgação do sexto relatório aprovado pela SDS para iniciar-se a Fase VI do Plano. A Fase VII já está em elaboração.

O sancionamento das leis municipais de saneamento básico caracterizarão o término dos planos, mas também o início dos serviços para concretização dos anseios da população expressados no mesmo.

À medida que as fases para elaboração dos planos municipais vão sendo concluídas e que os dados vão sendo disponibilizados torna-se mais nítida a avaliação da efetividade das ações adotadas e a análise da situação da infra-estrutura instalada. Na Tabela 2 apresentam-se os principais dados da Fase II.

Tabela 2: Resultados da Fase II - Diagnóstico

Município	População em 2007	SAA		SES	
		Ligações de Água	População Atendida	Ligações de Esgoto	População Atendida
Águas de Chapecó	5.443	940	2.867	0	0
Águas Frias	2.186	283	910	0	0
Bom Jesus	2.069	610	1.775	0	0
Bom Jesus do Oeste	2.095	281	698	0	0
Caxambu do Sul	4.902	763	1.849	0	0
Cordilheira Alta	3.196	374	1.039	80	248
Coronel Martins	1.905	301	602	101	202
Cunhataí	1.740	179	349	0	0
Entre Rios	2.820	380	1.199	97	324
Formosa do Sul	2.594	383	1.151	0	0
Galvão	4.004	782	2.604	120	400
Guatambu	4.728	370	1.405	0	0
Ipuaçu	6.275	488	1.464	0	0
Irati	2.069	238	747	0	0
Jardinópolis	1.867	310	883	0	0
Jupiaí	2.136	329	921	0	0
Lajeado Grande	1.633	220	735	0	0
Marema	2.467	327	805	0	0
Modelo	3.781	900	2.568	0	0
Nova Itaberaba	3.736	470	1.124	0	0
Novo Horizonte	2.839	298	974	0	0
Ouro Verde	2.154	206	620	0	0
Passos Maia	5.552	415	1.398	42	142
Planalto Alegre	2.394	398	1.017	0	0
Santiago do Sul	1.573	230	738	0	0
São Bernardino	2.703	158	529	0	0
São Carlos	8.890	2.204	7.315	54	167
São Domingos	8.912	2.036	5.497	92	248
Saudades	7.960	2.100	5.500	15	60
Serra Alta	3.058	580	1.563	26	86
Sul Brasil	2.728	521	1.612	0	0
União do Oeste	3.336	3.967	1.217	0	0
Vargeão	3.437	555	1.889	0	0
Total	117.182	22.596	55.564	627	1.877

Observações:

- 1) SAA – Sistema de Abastecimento de Água
- 2) SES – Sistema de Esgotamento Sanitário

Salienta-se que algumas comunidades dos municípios citados possuem sistemas isolados para tratamento de água e esgoto, os quais podem não ter sido contabilizados pelas Prefeituras Municipais e concessionárias, estas últimas fornecedoras dos dados integrantes da Tabela 2.

Além dos dados apresentados na Tabela 2, os relatórios elaborados para cada município trazem ainda as seguintes informações:

- Diagnóstico sócio-econômico e ambiental;
- Diagnóstico dos serviços de abastecimento de água;
- Diagnóstico dos serviços de esgotamento sanitário;
- Diagnóstico dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- Diagnóstico dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais.

A previsão é que todos os planos estejam concluídos em agosto de 2011.

CONCLUSÕES

O Plano Municipal de Saneamento Básico é o principal instrumento de gestão para o setor de saneamento no âmbito municipal e depende dele a efetividade dos planos estaduais e nacional do setor. Por meio da ação da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Santa Catarina passa a ser o primeiro estado a auxiliar os municípios no cumprimento da Lei Nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais mais abrangentes ao saneamento básico.

Concluídas as etapas de diagnóstico e prognóstico (Fases II, III, IV e V) aguarda-se o parecer final da SDS para iniciar-se a Fase VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas e participação social. A Fase VII - Elaboração do Sistema de Informações do Plano de saneamento já está em andamento.

Prevê-se que em agosto de 2011 todos os planos municipais de saneamento básico estejam finalizados, entretanto os dados preliminares já demonstram profundos problemas no acesso ao saneamento básico no oeste de Santa Catarina, sobretudo no que tange ao esgotamento sanitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei Ordinária nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
2. BERNARDES, Ricardo Silveira; SCÁRDUA, Martha Paiva; CAMPANA, Néstor Aldo. Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento. Cartilha. Brasília, 2006.
3. CEPA. Mapa de Regionalização de Santa Catarina. 2011. Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/> Acesso em 15 de maio de 2011
4. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO. Termo de Referência. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável. Santa Catarina, 2009.
5. CONSÓRCIO MPB/ESSE/SANETAL, Relatório II - Diagnóstico da situação do saneamento e de seus impactos nas condições de vida da população do Município de Vargeão. Santa Catarina, 2010.
6. FIESC. Santa Catarina em Dados 2010. Florianópolis, 2010. Disponível em http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/info/santa-catarina-em-dados-2010. Acesso em 15 de maio de 2011